Dinheiro público é dinheiro dos cidadãos

Interar-se das ações dos governos e cobrar resultados leva à maior transparência nos gastos públicos

DA REDAÇÃO
advivo@advivo.com.br

Um governante tem autoridade para decidir como gastar o dinheiro de todos os cidadãos em favor da sociedade. Porém, poucas pessoas exercem o direito de acompanhar a utilização dos recursos, sejam municipais, estaduais ou federais.

Segundo o professor da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP) Alexsandro Broedel Lopes, a fiscalização dos gastos públicos é muito complexa: além do modelo de contabilidade ser complicado, a divulgação dos resultados não é simplificada. "O cidadão precisa se informar sobre o funcionamento dos programas, não basta apenas ver o balanço das contas", alerta Lopes.

O especialista em gestão pública Valmor Slomski reconhece a complexidade dos cálculos, mas chama a atenção não apenas para os números, mas também para a forma como o dinheiro é utilizado. "A aplicação dos recursos deve trazer benefícios à população", explica Slomski.

De acordo com Lopes, as informações podem ser conseguidas nos sites das prefeituras e nos Tribunais de Contas. As prefeituras devem prestar contas à população anualmente e a falta das informações pode ser um indício de irregularidade. Os dados podem ser encontrados nas Secretarias e conselhos municipais e com os vereadores. Em caso de denúncia, o cidadão pode contatar o ministério público, os sindicatos, vereadores/deputados da oposição, associações, promotoria de Justiça, porém sempre de maneira organizada.

Participação

População define planejamento dos gastos

Vários municípios em todo o Brasil já adotaram o Orçamento Participativo (OP), processo pelo qual a população discute e decide sobre o orçamento e as políticas públicas. O próprio estado do Rio Grande do Sul adotou o modelo. Para participar, é preciso se cadastrar junto à prefeitura e freqüentar as assembléias, propor obras e serviços e votar. "É uma ótima iniciativa, mesmo em pequena escala, e uma forma de mudar a execução e a prestação de contas", avalia Lopes. Slomski também considera uma proposta positiva, mas ainda limitada. "Somente entre 3% e 5% dos recursos são definidos por esse processo", revela.

É um processo que tende a crescer e que produz efeitos importantes para a população. O prefeito eleito de Nova Iguaçu (RJ), Lindemberg Faria, por exemplo, já declarou que pretende instaurar o OP na cidade.

LINHA DIRETA

Eleitores devem cobrar ações de seus candidatos

Os candidatos a um cargo público devem prestar contas de todos os gastos efetuados durante sua campanha eleitoral. A população deve ter por hábito acompanhar de que forma seu candidato faz uso dos recursos que possui. Os partidos políticos e os vereadores/deputados eleitos costumam manter contato com seus eleitores, por e-mail ou carta, sobre as ações por eles executadas, os projetos propostos e os aprovados.

Por internet ou pessoalmente, no gabinete dos políticos ou nas sedes dos partidos, os cidadãos podem se cadastrar para receber informativos sobre as atividades dos políticos. "Acompanhar as reuniões da Câmara, os orçamentos aprovados, a execução das obras e comparar os custos de mercado com os custos aprovados são formas de fiscalizar o que os governos estão fazendo", ensina Slomski.

Prestar atenção no patrimônio dos políticos antes e depois de ocupar um cargo público também pode indicar a existência de atividades irregulares, já que há aqueles que enriquecem indevidamente. É preciso observar. "Não basta acreditar no que o prefeito e a mídia estão dizendo", sugere Slomski. "Muitos vereadores e mesmo prefeitos não têm conhecimento específico sobre a contabilidade pública, o que dirá o cidadão comum", complementa.

Governo desenvolve formas de divulgação

A partir de 2005, os brasileiros poderão acompanhar o destino dos recursos arrecadados pelo governo federal. A Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal (Conorf) e o Serviço de Processamento de Dados, também do Senado, o Prodasen, desenvolveram um portal na internet para a divulgação do orçamento federal, dos projetos encaminhados e os executados.

O portal chamado Siga Brasil, inicialmente, poderá ser acessado apenas para técnicos da área orçamentária, mas deverá ser disponibilizado progressivamente.

O Siga Brasil já está disponível nas salas de imprensa e nos gabinetes das duas Casas, nos terminais de uso público instalados ao lado da presidência do Senado e para alguns usuários especiais dos Ministérios da Fazenda, do Planejamento e do Tribunal de Contas da União (TCU).

Com o mesmo intuito, a Controladoria Geral da União (CGU) lançou a cartilha "Olho Vivo no Dinheiro Público", dirigida ao cidadão comum, especialmente aos moradores de pequenos e médios municípios. A publicação mostra como fiscalizar a aplicação dos recursos públicos federais em cada comunidade e como agir diante de desvios.

Um milhão de exemplares serão distribuídos em todo País, em eventos, seminários, encontros de lideranças comunitárias e no site da própria CGU (http://www.presidencia.gov.br/cgu/), que também recebe denúncias sobre mau uso de recursos públicos.

O governo federal ainda disponibiliza na internet o Portal da Transparência (http://www.portaldatransparencia.gov.br/Portal.asp) com dados sobre os gastos e repasses dos recursos federais.